

Governo e sociedade, a parceria necessária

A decisão do GDF de escolher as mulheres como gestoras dos benefícios sociais mereceu aprovação dos convidados

Estimular as parcerias entre o Terceiro Setor e os órgãos governamentais nas políticas públicas de combate à fome e à miséria. Essa foi a temática da mesa-redonda sobre Segurança Alimentar, promovida pelo **Jornal do Brasil** com o apoio do GDF, que tratou das ações voltadas para a Mulher, Criança, Adolescente e Idoso. Um dos aspectos mais enfatizados no trabalho desenvolvido na capital da República foi a definição da mulher como gestora dos benefícios concedidos pelo governo.

Para a socióloga Almira Rodrigues, da organização não-governamental CFêmea, as políticas públicas têm de ser concebidas sempre levando-se em conta a fragilidade de parte

da coletividade, como a mulher, a criança e o idoso. "As mulheres continuam em situação de exclusão, apesar de pesquisas indicarem que elas, em grande número, são chefes de família. Na área rural, essa participação já atinge 25% dos domicílios e na área urbana, 27%", revela.

Marta Sales, da Secretaria de Ação Social, reafirmou a preocupação do governo em definir a mulher como responsável direta pelos benefícios.

– Consideramos, inclusive, a instabilidade dos relacionamentos. Acreditamos que é a mulher quem tem de ter a senha do banco.

Para ela, essa é uma questão mais ampla, que envolve outras concessões para dar estabilidade e segurança à chefe de família.

– Temos um programa eficaz de atendimento em creches, já com 9 mil crianças e uma demanda reprimida muito grande – revela.

Falsa Dicotomia – Além do aspecto da mulher como maior parceira dos programas, Flávio Camargo Schuch, presidente da ONG Ágora, mostrou entusiasmo com a adoção de contrapartidas nos programas sociais. "Na nossa instituição, também priorizamos ações de contrapartida e de políticas que definam a mulher para gerir os recursos familiares." Schuch classificou como "falsa dicotomia" as críticas ao trabalho assistencial, sempre com a ressalva da capacitação.

– Se alguém estiver se afogando, você tem que tirar a pessoa da água primeiro para depois ensiná-la a nadar – comenta.

Representante da Secretaria de Saúde no debate, Aline Pozzi frisou a necessidade de trabalhar políticas de geração de renda e emprego, mas destacou que essa vertente da ação social permite resultados apenas a longo prazo. "Por isso, há a necessidade de

programas assistenciais e medidas compensatórias." Nessa questão considerada emergencial, impõe-se o aspecto nutricional dos programas sociais, tema abordado por Malaquias Batista, do Conselho Nacional

Criticar ação social sem cuidar do emergencial é hipocrisia

de Segurança Alimentar.

Anemia – "Em relação à disponibilidade de alimentos, no Brasil há, em média, 3 mil calorias diárias disponíveis por habitante, acima do necessário. Somos quase auto-suficientes, e não é diferente no Distrito Federal. O problema são os hábitos alimentares errôneos, que provocaram, entre outras mazelas, o aumento de 100% dos casos de anemia no País nos últimos 25 anos", afirma. Revelou dados que apontam para 34% de óbitos causados pela obesidade, diabetes e problemas cardiovasculares.

Malaquias enfatiza que a educação alimentar, que já faz parte do currículo dos alunos das escolas públicas do Distrito Federal, é a solução. Segundo o subsecretário de Atenção à Saúde, Mário Sérgio Nunes,

pesquisa realizada nas escolas da rede pública do DF indicou que 50% das crianças até quatro anos sofriam de anemia, enquanto 64% das mulheres tinham problemas de sobrepeso e obesidade. "Conseguimos corrigir parte desse problema com medidas simples, como enriquecer o leite da merenda escolar com ferro", conta o subsecretário.

Para o engenheiro agrônomo Marcos Vinícius Ansani, da Emater, a política de valorização da agricultura familiar e orgânica e da educação ambiental no âmbito do GDF é fundamental nesse trabalho de reeducação. Ele acrescentou que essa diretriz vem sendo implementada, inclusive, a partir de investimentos continuados, o que é vital para que se obtenha resultados.

Almira Rodrigues,
SOCIÓLOGA DA ONG FÊMEA



"Políticas públicas não são políticas de Estado. São resultado da conversação entre a sociedade civil organizada e o poder público constituído"

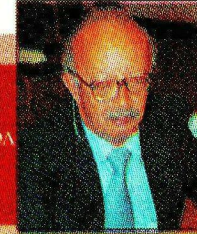
Flávio Camargo Schuch,
COORDENADOR DA ONG AGORA



"A parceria entre a sociedade civil organizada e o governo é a constatação que o Estado sozinho não consegue chegar na ponta das questões sociais e, por outro lado, a sociedade não tem capacidade para alocar recursos e implementar políticas que causem impacto, tanto em quantidade como em qualidade"

Malaquias Batista,

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO DA UTPE E MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA)



"As ONGs são o braço do Estado nas ações mais capilares do Poder Público. Elas fazem parte de políticas que complementam a ação dos governos em diversas áreas. Espero que os exemplos implementados no GDF tenham força centrífuga, saiam do Planalto Central e se reproduzam em todo o País"